

Retificação:

**SOCIOLOGIA**

GT 10 VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 2: Polícia, Justiça e Prisões

## “VESTIR A FARDA”: ANÁLISE DA FIGURA DO “HERÓI” E DA “HEROÍNA” NA POLÍCIA MILITAR

Giulianna Bueno Denari – UFSCar  
giudenari@gmail.com

**Resumo:** Serão abordados alguns resultados de uma pesquisa realizada para a monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da UFSCar em 2013. Trata-se de um estudo sobre as figuras do “policia herói” e da “policia heroína” na Polícia Militar (PM). Por meio da análise de tais figuras procurou-se entender quais características e funções são atribuídas e valorizadas aos dois profissionais, a depender do gênero de cada policial. Mesmo a PM tendo adotado políticas de “humanização” da sua imagem (como a inserção do Policiamento Comunitário e da figura feminina no efetivo), o *ethos* militar ainda é valorizado socialmente e pelos próprios profissionais em sua atuação. Relacionando os estudos sobre profissão e gênero com estudos sobre a inserção e presença das mulheres na PM, a pesquisa buscou mostrar quais as características mais valorizadas em uma policial militar e principalmente, qual a visão dessas profissionais sobre sua atuação, levando em consideração quais dificuldades e vantagens identificam para provarem-se “boas profissionais”. A conclusão da pesquisa apontou que as definições sobre o que seria um “policia herói” estão intrinsecamente ligadas às definições que a PM atribui ao gênero e ao papel que cada gênero desempenha nas atividades ligadas ao policiamento (ainda que, no processo de atribuição deste adjetivo, são avaliadas tanto atividades formais quanto informais que circundam o cotidiano do (a)s policiais). Assim, em relação às policiais mulheres, estas são consideradas “heroínas” quando realizam as atividades menos prestigiadas, que não seguem o *ethos* militar, conseguem provar seu bom desempenho profissional e principalmente, conseguem conciliar essa função às diversas outras de suas vidas particulares. Já em relação aos homens policiais, estes são considerados “heróis” quando enfrentam situações de elevado risco, combatendo o que é entendido socialmente como “guerra contra o crime”, independentemente de sua vida particular. Esta divisão de valores e moralidade ligados ao gênero, de certa forma, permite que os policiais homens continuem executando o trabalho mais valorizado: a atuação guerreira e combativa, enquanto que as mulheres são “colocadas” em atividades menos prestigiosas da PM.

### Introdução

Foi a partir de 1955 que se passou a aceitar, a partir dos concursos, a entrada e atuação da mulher na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). O Estado foi o primeiro a iniciar tal novidade no âmbito da Segurança Pública e o que tem o maior efetivo do país<sup>257</sup>.

Inicialmente, na PMESP a mulher teve um papel delimitado e bem restrito de atuação na instituição policial. Formando a então Guarda Civil, o Corpo Feminino de Policiamento do Estado de São Paulo (CFPESP) tinha por principal função o cuidado com a população vulnerável no Estado de São Paulo, ou seja, as mulheres eram entendidas a partir da chave do cuidado maternal, carinho, atenção e educação para lidar

<sup>257</sup> São 86724 funcionários, no ano de 2013. Polícia Militar do Estado de São Paulo; GEVAC/UFSCar.

com as crianças, jovens, mulheres e idosos. Além disso, eram essas mulheres que lidavam com as migrantes e seus filhos, levando-as para abrigos, sempre com a imagem da mãe que cuida e protege, de forma carinhosa e firme, daqueles que eram considerados mais vulneráveis (Moreira, 2011)

Este trabalho traz alguns resultados da pesquisa realizada para a monografia de conclusão de curso e tem como objetivo discutir as duas figuras heroicas da Polícia Militar (PM): o policial herói e a policial heroína. A partir desses tipos de policiais, discute-se quais as características valorizadas em cada figura e quais os aspectos sociais e políticos que permitem e perpetuam a suas existências.

Foi dado foco à PMESP pelo fato de ter sido pioneira na inserção feminina em seu efetivo, bem como ter propostas de mudanças institucionais significativas nos últimos 10 anos.<sup>258</sup> Serão analisados alguns aspectos dos gastos em segurança pública no Estado de São Paulo, comparados com os gastos em segurança pública no país, focando nos investimentos destinados às práticas ostensivas de policiamento (uma das esferas da segurança pública). O resgate da figura da mulher na instituição será feito a partir do diálogo com a bibliografia de sociologia das profissões com a perspectiva de gênero. A partir dessas duas chaves, serão retomados os conceitos de “policial herói” e *ethos* militar propostos por Roberto Kant de Lima (2008).

### **1 Policial heroína: uma análise sobre o heroísmo feminino**

Foi a partir de um decreto assinado por Jânio Quadros em 1955 que a mulher pode concorrer a uma vaga no concurso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Inicialmente, foram recrutadas para atuarem na chamada Guarda Civil do Estado de São Paulo. Naquele mesmo ano o primeiro efetivo de mulheres policiais do Brasil se apresentou as vésperas do Natal e ficaram conhecidas como “as 13 mais corajosas de 1955”. (Moreira, 2011) Comandadas por uma das idealizadoras do projeto, Hilda Macedo, tais mulheres tinham funções restritas e comportamentos específicos.

Considerando que no vasto complexo e multifário campo das atividades policiais há setores que pela sua natureza, reclamam tratamento preventivo e repressivo especial, e que a atuação da mulher pela sua formação psicológica peculiar, se mostra particularmente eficaz e vantajosa.” [...] Art 1º. Parágrafo único: A esse Corpo serão atribuídas tarefas de Policiamento às quais, pela sua natureza, melhor se ajuste o trabalho feminino em razão de sua formação psicológica peculiar, principalmente as que se referem à proteção de menores e mulheres. (SÃO PAULO, Decreto-Lei n. 24.548, de 12 de maio de 1955).

---

<sup>258</sup> Como a criação da Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo (1995) e o início de uma nova proposta de policiamento, o Policiamento Comunitário (1997).

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

O cuidado é a principal característica atribuída social e historicamente ao feminino que, como afirma Avtar Brah “o signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída, dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. (...)” (BRAH, 2006:341). De acordo com o decreto-lei acima, as mulheres seriam mais aptas a tratar com crianças, idosos, jovens e outras mulheres por uma “formação psicológica peculiar”. A policial representando a figura da mãe, segura e protetora, como afirma Moreira (2011), era colocada em destaque nos lugares de maior visibilidade, como estações de trens, rodoviária, portos e no controle do trânsito da cidade. A autora traz em seu trabalho fotos dessas primeiras mulheres, vestidas com uma farda adaptada para ser uma saia, com sapatos de salto e bolsas para carregar a arma, que por ser de menor calibre, seria mais adequada ao porte feminino. Tal uniforme não era programado para possibilitar o combate, mas sim, transmitir confiança através dessas mulheres.

A principal justificativa para a inserção de tal novidade na instituição policial era a necessidade de humanização da imagem da polícia, como apontam Soares e Musumeci (2005). Tal ideal foi favorecido pelo fato das primeiras policiais militares da PMESP terem exercido funções de visibilidade, ou seja, controle do trânsito, da rodoviária, estação de trem (locais de chegada e partida de aglomerações na cidade). Porém, ainda segundo as autoras, essa foi uma “reforma cosmética”, ou seja, não buscou mudanças estruturais na instituição, não visava uma mudança efetiva na forma de atuação policial, mas liberava os homens para o trabalho viril, de “policiais de verdade” e delegava às mulheres as funções menos prestigiadas, que não precisavam de força física para atuar. Havia também uma padronização da atuação masculina, mas apenas em relação à presença feminina.

Segundo Moreira (2011) a mulher era colocada como uma imagem a ser respeitada sob todos os aspectos: não deveria ser olhada diretamente pelos companheiros de profissão e não deveria ser questionada em suas funções específicas. Quando estivessem em patrulha na rua, deveriam ser acompanhadas por um policial (fardado ou à paisana), para proteção dessas mulheres e porque, caso presenciassem algum delito, não podiam atuar (na época, o policiamento e atendimento das ocorrências eram atividades exclusivas dos homens).

Apenas a partir dos anos 2000 que as funções foram unificadas e homens e mulheres passaram a poder exercer as mesmas atividades de policial. A partir de então, também favorecido pelo desaparecimento das cotas, o número do efetivo feminino vem

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

aumentando. Os dados que tratam especificamente de gênero não são colhidos com frequência, o que nos deixa lacunas ao longo dos anos sobre o assunto.

Tabela 1 - Efetivo Policial Militar do Estado de São Paulo, por gênero

| Ano  | Número   |        |        | %        |        |       | Referências              |
|------|----------|--------|--------|----------|--------|-------|--------------------------|
|      | Mulheres | Homens | Total  | Mulheres | Homens | Total |                          |
| 2003 | 8.406    | 78.517 | 86.923 | 9,7      | 90,3   | 100   | Soares e Musumeci (2005) |
| 2011 | 8.586    | 76.470 | 85.056 | 10,09    | 89,91  | 100   | Pesquisa Perfil (2013)   |
| 2013 | 9030     | 77694  | 86.724 | 10,4     | 89,6   | 100   | GEVAC/Ufscar (2013)      |

O número de mulheres ainda é reduzido em relação ao efetivo masculino, mas como aponta Passinato (2013), o número de mulheres oficiais, em proporção ao efetivo específico, é maior do que em relação aos homens. Isso porque, segundo a autora, para se alcançar determinadas patentes de oficialato leva-se em conta apenas o tempo de serviço, não dependendo assim, de avaliação dos superiores por serviços prestados.

Tabela 2 - Efetivo feminino e masculino da PMESP, segundo patente/ graduação por ano

| Ano  | Oficiais <sup>259</sup> |        |       | Praças especiais de Polícia <sup>260</sup> |        |       | Praças de Polícia <sup>261</sup> |        |       | Referências              |
|------|-------------------------|--------|-------|--|--------|-------|----------------------------------|--------|-------|--------------------------|
|      | Mulheres                | Homens | Total | Mulheres                                   | Homens | Total | Mulheres                         | Homens | Total |                          |
| 2003 | 316                     | 4230   | 4546  | 134  | 809    | 943   | 16362                            | 73478  | 89840 | Soares e Musumeci (2005) |
| 2012 | 508                     | 4502   | 5010  | 88   | 409    | 497   | 7990                             | 71560  | 79550 | Pesquisa Perfil (2013)   |

Mas como apontam Soares e Musumeci (2005) ainda assim há barreiras para a ascensão na carreira policial, uma vez que também depende de avaliações dos superiores, além de indicações e “prestação de favores” (como agilização de algum serviço ou mesmo favores sexuais). Nesse sentido, a literatura sobre sociologia das profissões traz elementos importantes para entender a profissão de policial,

<sup>259</sup> Segundo Neme (1999) os Oficiais de Polícia são as seguintes patentes: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente.

<sup>260</sup> Segundo Neme (1999) os Praças especiais de Polícia são as seguintes graduações: Aspirante a Oficial e Alunos da Escola de Formação de Oficial da Polícia.

<sup>261</sup> Segundo Neme (1999) os Praças de Polícia são as seguintes patentes: Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabo e Soldado.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

historicamente uma profissão masculina com conceitos como “teto de vidro”, “virilidade” e “apagamento de gênero”.

De acordo com Le Feuvre (2008) o conceito de “teto de vidro” seria a representação de barreiras invisíveis, mas efetivas, de barrar ou atrasar a ascensão de determinados tipos em determinadas carreiras. Mulheres, homossexuais e negros são os mais afetados por tal barreira invisível: por não haver mais respaldo legal que impeça mulheres de ocuparem cargos de chefia (no caso da polícia, a junção das funções, por exemplo), são criados mecanismos reais, mas não visíveis de falsa aparência de igualdade.

Já “virilidade”, seria uma postura assumida pelas mulheres de buscarem agir de forma mais associada ao modelo dominante o masculino. Consideram que conciliar trabalho e cuidado doméstico são atos heroicos e acabam por assumir postura de “apagamento de gênero” ou “neutralizar” seu pertencimento sexual. Para se provarem boas profissionais, sendo na atuação “de rua” (policciamento ostensivo) ou “burocrática” (atividades administrativas internas da PM), elas sempre afirmam ter que se provarem capazes de realizar o serviço ou então, afirmam que após assumir uma postura mais rígida, mais semelhante aos colegas homens, não mais tiveram problemas profissionais e assim, puderam melhorar na posição hierárquica na instituição (Soares e Musumeci, 2005).

Ainda segundo Le Feuvre, não basta analisar apenas o número crescente de mulheres no mercado de trabalho, mas principalmente a qualidade de inserção nesse mercado. Mais do que reclamarem das posturas dos colegas em relação à presença feminina, reclamam das más condições de trabalho na profissão como um todo, principalmente no quesito de adaptação material para acolher o “diferente” na instituição.

Coletes que não se ajustam ao corpo feminino, alojamentos não separados e fardas não adaptadas são as maiores recorrências nas reclamações das mulheres no estudo de Soares e Musumeci (2005). As autoras trazem em sua obra uma dualidade nos discursos, também presente no trabalho de Passinato (2013), muito marcada pela negação de problemas na instituição devido ao gênero, característica essa muito presente nas mulheres que alcançaram os cargos mais altos na hierarquia institucional. Porém, como nos apresenta Bonelli (2011) em seu estudo sobre a carreira jurídica que leva em consideração as mulheres e homossexuais, a negação das diferenças (e não a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

luta contra as desigualdades) é mais uma forma de reafirmar posições desiguais e subalternas.

A diferença como subjetividade e vocalizada entre aqueles que procuram ativamente apagar a externalização dela buscando neutralizar marcadores que subordinam, como os estereótipos de gênero. Entretanto, estes acabam sendo reconvertidos em essência feminina que qualifica o gênero como atributo a empoderar a juíza por ser “mais diligente, minuciosa, perseverante, dedicada, sensível para lidar com questões administrativas e trazer outra visão para o ambiente de trabalho.” Varias manifestações discursivas dos entrevistados percebendo a diferença como experiência vieram permeadas desses essencialismos. Mais do que as mulheres, os juízes enfatizaram que o gênero não é fator de diferença na carreira, reconhecendo menos a existência de preconceitos na magistratura do que elas. A diferença como experiência dá sentido a essa percepção feminina. Embora não identifiquem a existência de segmentação na carreira segundo o gênero, vivenciam a força dos estereótipos e mapeiam os preconceitos que alimentam lutas em torno dessas hierarquizações. (BONELLI, 2011: 19)

As posições assumidas por essas mulheres ao entrarem para carreira, também dizem muito sobre a permanência dos preconceitos e consolidação das desigualdades de gênero na profissão; é a incorporação do discurso dominante por aqueles que são dominados, aceitando a justificativa científica da desigualdade<sup>262</sup>, não promovendo novas visões sobre a profissão, mas a pensar uma mudança que, afinal, nada muda concretamente.

Desta forma, as mulheres tem que “se virar” para terem destaque na profissão, precisando sempre provar que podem ser tão boas quanto os colegas de profissão, sempre em comparação e não por padrões próprios, como é destacado nos depoimentos das policiais trazidos pelo trabalho de Soares e Musumeci (2005). Porém, precisam “se virar” também em lidar com a vida pessoal. Hirata e Kergot (2008) apontam 4 modelos de vínculo social com a profissão. O que mais se assemelha aos depoimentos das policiais é o da delegação, no qual as funções domésticas são delegadas a terceiros (no caso, quase sempre outras mulheres). Essa delegação de atividades nem sempre se refere a uma posição de classe ao contratarem empregadas para auxiliar no cuidado da limpeza e arrumação da casa; significa também encontrar pessoas que cuidem dos filhos quando não conseguem uma escola em tempo integral, pedindo à família, por exemplo.

---

<sup>262</sup> Como aponta Simone de Beauvoir (1970) há diferenças biológicas entre homens e mulheres, principalmente no que diz respeito às características físicas. Porém, como discute a autora, é preciso compreender o porquê de uma característica ser colocada como melhor e ideal, enquanto a outra é colocada em posição de inferioridade, ou seja, não basta tratar a diferença biológica como desigualdade, mas entender o porquê de ser considerado histórica e socialmente desigual. No caso da PM, como argumenta Roberto Kant de Lima (2008), a força física é valorizada como característica primordial para ser considerado um bom policial (o policial herói) e aqueles que não possuem essa força física ideal não poderiam partilhar do mesmo prestígio que os outros.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Acho que deveriam ser criadas mais creches, porque essa coisa de mãe policial militar é uma coisa que... difícil de você conseguir creche ou alguém que cuide do seu filho. O policial masculino, ele deixa com a esposa, agora, a policial feminina já fica complicado. Então, isso aí eu acho que é um ponto que deveria ser olhado com mais carinho. (Praça Susana). (SOARES E MUSUMECI, 2005:199).

E é assim que são chamadas heroínas: não por serem boas policiais apenas, mas por terem um emprego, lidar com preconceitos e problemas estruturais nos batalhões, por cuidarem de suas casas, filhos e família. O cuidado aparece de novo, entendido como a “característica natural” da mulher, que deve expandi-lo de sua casa ao seu trabalho.

### **2 Policial herói: uma análise sobre o heroísmo masculino na PM**

De acordo com os estudos sobre segurança pública de Luís Eduardo Soares (2007), a partir das campanhas eleitorais de 2002 para presidência da república, houve uma mudança na forma de pensar e elaborar políticas de segurança pública. Através do Plano de Segurança Pública, proposto pelo então candidato a presidência Lula, o tema segurança pública passou a ser discutido em âmbito nacional, visando uma interação constante entre os governos estaduais e o governo federal.

O plano visava uma atuação conjunta entre os governos, havendo assim investimentos dos recursos por setores de atuação (os chamados Gabinetes de Gestão Integrada). De acordo com o autor, estas não foram as primeiras ações no sentido de agenciar a segurança pública de forma nacional, porém, foi a primeira vez que se discutiu segurança pública como uma política pública que deveria ser contínua e não dependente de políticas diferenciadas a cada troca de governo (SOARES, 2007).

No Estado de São Paulo, há um crescente investimento em políticas de manutenção do paradigma reativo quando se trata de policiamento. Há mais de 10 anos que a mesma legenda política governa o Estado e poucas foram as mudanças em relação aos investimentos nos setores de segurança pública, como se observa na Tabela 3 abaixo. Como apontam Silvestre *et all* (2013), o crescente número de novos presídios e o encarceramento massivo são características que merecem destaque nas políticas estatais, que possuem o respaldo do Ministério Público e do Judiciário para a consolidação dessas políticas reativas. Porém, essas políticas não são impostas para a

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

sociedade, ou seja, há uma crescente demanda social para que haja mais prisões e atuações truculentas e repressivas por parte das polícias.

| Ano  | Policimento         |                   | Defesa Civil     |               |
|------|---------------------|-------------------|------------------|---------------|
|      | União               | São Paulo         | União            | São Paulo     |
| 2005 | 499,142,587         | 3,611,860,668     | 197,498,746      | 15,905,811    |
| 2006 | 591.022.984,66      | 4.279.970.148,68  | 223.505.060,96   | 14.933.221,14 |
| 2007 | 1.107.526.209,75    | 4.825.264.365,87  | 502.616.410,14   | 18.563.098,18 |
| 2008 | 1.024.246.000,00    | 7.584.467.181,07  | 898.156.000,00   | 21.080.157,48 |
| 2009 | 603.112.000,00      | 8.626.688.263,48  | 1.841.056.000,00 | 19.980.975,96 |
| 2010 | 721.398.317,59      | 6.002.243.824,23  | 2.919.900.338,92 | 28.463.959,04 |
| 2011 | 468.744.253,45 3,28 | 10.464.184.037,60 | 654.811.931,53   | 28.901.986,61 |
| 2012 | 1.428.125.595,04    | 7.291.669.213,27  | 1.500.238.482,92 | 70.916.783,37 |

Tabela 3 - Despesas realizadas com a Função Segurança Pública por Subfunções / União e Estado de São Paulo

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo.

Tabela 3 - Conclusão

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo.

Nota-se a partir da Tabela 3 que os gastos com policiamento ultrapassam em muito os gastos com as demais subfunções de segurança pública. Vê-se que o entendimento do que é segurança esta muito mais ligado ao combativo do que o preventivo: os gastos com policiamento indicam uma preferência em investir no combate à violência e violação de propriedades privadas, do que investir na subfunção “Defesa Civil” e mesmo “Investigação e Inteligência”. A preocupação não esta em solucionar e prevenir conflitos (entendendo que problemas com habitação também são conflitos sociais), mas sim, combatê-los. O que se torna mais explícito quando observamos a propaganda disponível no sítio da PMESP<sup>263</sup>:

Na propaganda há uma exaltação no que se refere ao número de prisões, ao investimento em viaturas e policiamento aéreo. Para uma melhor atuação da polícia, investe-se em contratação de mais policiais militares, mais viaturas para a instituição e

| Ano  | Informação e Inteligência |                | Demais subfunções |                  |
|------|---------------------------|----------------|-------------------|------------------|
|      | União                     | São Paulo      | União             | São Paulo        |
| 2005 | 53.666,883                | 4,277,096      | 2,267,742,951     | 2,258,380,593    |
| 2006 | 67.309.775,66             | 3.192.111,25   | 2.567.784.314,71  | 2.818.276.675,74 |
| 2007 | 130.644.571,37            | 5.151.647,29   | 3.014.593.903,58  | 2.769.964.613,12 |
| 2008 | 1.415.204,90              | 128.700.552,39 | 3.964.744.000,00  | 1.222.546.996,25 |
| 2009 | 109.706.000,00            | 199.613.194,68 | 4.732.765.000,00  | 1.271.089.995,95 |
| 2010 | 138.040.060,15            | 201.367.938,30 | 5.948.943.764,14  | 1.091.382.659,88 |
| 2011 | 37.761.346,24             | 275.463.304,72 | 4.582.811.003,08  | 1.489.152.624,56 |
| 2012 | 327.731.991,85            | 273.236.024,01 | 4.622.419.283,18  | 1.006.281.937,67 |

sistemas de informação. Não se tem a preocupação em divulgar quantas dessas prisões são investigadas e é dado andamento ao processo; não é divulgado como a taxa de homicídios decaiu nesses anos e como o atendimento às ocorrências é feito e qual a natureza de tais ocorrências.

Desta forma, quais as características essenciais para ser um policial que possa cumprir tais funções? Como aponta Roberto Kant de Lima (2008), o *ethos* militar proporciona que a atuação repressiva e combativa seja reproduzida pelos policiais. Segundo o autor, esse *ethos* é a ética policial, que só é partilhada pelos iniciados, tal ética é reflexo do sistema de justiça brasileiro. Sendo este inquisitório, a prática de

<sup>263</sup> Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/infograficos/segurancapublica/>, acesso em 28 abr. 2014.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

investigação dos casos é feita de forma sigilosa, sendo o acesso concedido apenas quando a investigação esta encerrada. Kant de Lima não entende que as práticas policiais sejam desta forma, justificadas pela ausência de treinamento e preparo, mas sim, uma escolha política que vem sendo feita ao longo dos anos: a valorização da força física, combativa e agressiva para a manutenção da ordem e não a administração de conflitos.

Sendo a PM formada e mantida através de padrões e modelos semelhantes aos das Forças Armadas brasileiras, a característica ostensiva pode e é supervalorizada na atuação profissional. Aparece assim a figura do “policia herói”, aquele que faz parte de uma instituição já secular no Brasil, formada para defender tanto as terras quanto a população. Inicialmente o que hoje é chamado de PM surgiu como uma cópia da Guarda Real de Polícia francesa; sendo uma guarda específica para proteger a família real, esta guarda surgiu no Brasil junto com a chegada da família real portuguesa, a partir de 1808. Surgiu assim, para proteção de uma minoria privilegiada daqueles considerados indesejáveis. Após diversas mudanças de nomenclatura e junções com outras guardas, a PMESP ainda busca por manter a ordem (como consta em seu sítio oficial), ou seja, qualquer conflito é visto como uma ameaça à ordem e deve ser combatido como se faz em uma guerra.

Vê-se que o policia herói é aquele que segue esse *ethos* militar, essa ética profissional específica. É viril, masculino e “veste a farda”, ou seja, atua como um policia herói. As falas apresentadas no livro Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro de Soares e Musumeci (2005) destacam essa importância dada à farda. Roberto Kant de Lima também discute a importância da farda como símbolo da virilidade da atuação de um policia. Esconder-se atrás da farda seria quando um policia não atua na função ostensiva, ou seja, ele atua em funções administrativas, policiamento comunitário ou delegacia da mulher, por exemplo. Essas são funções menos prestigiadas por não estarem em consonância com o *ethos* militar e normalmente, são funções exercidas por mulheres na instituição.

### 3 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar a imagem da “polícia heroica” e como essa imagem se dá nos homens e mulheres que exercem a profissão, a partir de trabalhos realizados na instituição, focando no Estado de São Paulo, mas buscando em produções

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

referentes a outros Estados brasileiros, características que auxiliem no entendimento da corporação paulistana.

A PM seria a representação da garantia dos direitos e da segurança dos cidadãos, como consta no sítio oficial da instituição ao descreverem suas funções. Não haveria um extremismo de guerra pelo controle social, mas uma ação para proteger e garantir a população, os direitos que lhe são prescritos na constituição cidadã. Não proteger o território brasileiro de ameaças externas e também, não mais guerrear contra os “inimigos internos”, apesar dos elevados investimentos em armamentos, como mostrado ao longo deste texto.

Há também, demandas por uma polícia cidadã, por parte de movimentos sociais e por parte de uma parcela progressista da própria polícia, ao perceber uma expressiva perda de sua legitimidade de atuação, como apontam Neto (2004), Souza (2009) e Loche (2010). A criação das ouvidorias, a introdução de matérias como direitos humanos na formação dos policiais e a incorporação de mulheres no corpo efetivo de policiamento, são sintomas dessas mudanças, que são ações de reivindicações internas e externas no corpo de funcionários da polícia.

De toda forma, nas policiais, o processo de tomada de decisões institucionais continuam regressivos. A polícia pode ser caracterizada como um serviço sem clientes, pois os policiais julgam que não respondem a nenhuma forma de controle e os critérios de atuação, as estratégias de policiamento, bem como as decisões são tomadas sempre a partir de critérios internos e burocráticos. (SOUZA et al, 2009: 39).

Como argumenta Souza nesta fala, apesar de todas essas mudanças e adequações aos ideais dos direitos humanos, ainda há o caráter regressivo na instituição e neste caráter regressivo, o ideal combativo de polícia ainda é valorizado. A figura do policial comumente estimada é a do herói, como apontou Roberto Kant de Lima (2008). Porém os motivos que levam a essa imagem ser estimada variam de acordo com a posição de gênero na profissão: quando se trata das mulheres o heroísmo tem fontes diferenciadas.

Para os homens, a fonte desse heroísmo está em sua atuação nas ruas, combatendo o crime, lidando com todos que desviam da lei, que se colocam em guerra contra o crime para dar mais segurança à população. Já as mulheres são heroínas na medida em que, além de enfrentarem turnos e as rotinas de suas profissões, lidam com a rotina doméstica. É fazer, para além de suas obrigações tradicionalmente femininas de cuidado doméstico, um bom trabalho como policial, “vestir a farda”: na visão delas, serem heroínas todos os dias, em todas as funções.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

### Referências

- BONELLI, M. G. Profissionalismo, gênero e significados da diferença entre juízes e juízas estaduais e federais. **Contemporânea** n. 1 p. 103-123 Jan.–Jun. 2011.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- CALAZANS, M. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, 18(1): 142 – 150, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Constituição de mulheres em policiais**: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2004. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2003.
- CAPPELLE, M.C.A. e MELO, M.C.O.L. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. **RAM, REV. ADM. MACKENZIE**, V. 11, N. 3, Edição Especial. SÃO PAULO, SP .MAI./JUN. 2010. p. 71-99.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho feminino no policiamento operacional**: Subjetividade, Relações de Poder e Gênero, na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais. 2006. Tese. Doutorado em Administração. Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração. Universidade Federal de Monas Gerais. Belo Horizonte. 2006.
- CEL. FÁTIMA RAMOS DUTRA: BENDITA ENTRE OS HOMENS**. Disponível em < <http://www.flogao.com.br/consegsulsorocaba/136771728> > Acesso em 09 de set. de 2013.
- COM 56 ANOS NO FRONT POLICIAL, MULHERES CHEGAM AO COMANDO**. Disponível em < <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/com-56-anos-no-front-policial-mulheres-chegam-ao-comando,585bac68281da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> > Acesso em 08 de jan. de 2013.
- FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 1ª edição, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2ª edição, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 3ª edição, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 4ª edição, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 5ª edição, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 6ª edição, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 7ª edição, 2013.
- LE FEUVRE, N., Modelos de feminização das profissões na França e na Grã-Bretanha. In: COSTA, A., SORJ, B., BRUSCHINI, C., HIRATA, H. (org) **Mercado de trabalho e gênero, comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 420p.
- LESSA, M.L. **A história da mulher na polícia bandeirante**. Disponível em < <http://www.comseguranca.com.br/novo/mulherpolicial.htm> >. Acesso em 30 de set. de 2013.
- LIMA, R.K. **Direitos civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”**: a formação policial em questão.

## XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

\_\_\_\_\_ **A tradição inquisitorial, Cultura jurídica e práticas policiais.** Disponível em < [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_10/rbcs\\_04.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs_04.htm) > Acesso em 16 de dez. de 2013.

LOCHE, A. **A letalidade da ação policial: parâmetros para análise.** Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, n. 17, jul/dez 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Mulheres nas Instituições de Segurança Pública:** Estudo Técnico Nacional. Brasília – 2013.

\_\_\_\_\_ **Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública.** Brasília – 2013.

MOREIRA, R. e WOLFF, C.S. A ditadura militar e a face maternal da repressão. **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras.** Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (56-65).

\_\_\_\_\_ **Sobre mulheres e polícias:** A construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964). Tese de doutoramento. Florianópolis, 2011. UFSC.

NEME, C. **A Instituição Policial na ordem democrática:** o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo. 1999. 107p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

NETO, P.M. **Policiamento Comunitário e Prevenção do crime:** a visão dos coronéis da Polícia Militar. São Paulo em Perspectiva, 18(1): 103-110, 2004.

SCOTT, J. W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOARES, B.M. e MUSUMECI, L. **Mulheres policiais:** presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ **Polícia e Gênero:** presença feminina nas PMs brasileiras. **Boletim de Segurança e Cidadania.** Ano 02/nº 04 – abril de 2004. 1-16 p.

SOUZA, L.A.F., OLIVEIRA, I.V. e FERREIRA, G.L. O sistema policial no estado de São Paulo e o processo de reforma pós-redemocratização. In SOUZA, LAF, org. **Políticas de segurança pública no estado de São Paulo:** situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 219 p.